

A. I. Nº - 09172033/02
AUTUADO - COMERCIAL DE CONFECCÕES VERA LTDA.
AUTUANTE - MARIA ANGÉLICA AZEVEDO POTTES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTRANET - 27.06.03

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0225-04/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O contribuinte com inscrição cadastral cancelada está equiparado a não inscrito, devendo, quando adquirir mercadorias em outras unidades da Federação, recolher o imposto incidente sobre as operações subsequentes, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território deste Estado. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 06/05/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ R\$ 350,46, em decorrência de aquisição de mercadorias destinadas à comercialização e procedentes de outra unidade da Federação, efetuada por contribuinte com a inscrição estadual cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fl. 16, alegando que não tomou ciência do cancelamento de sua inscrição cadastral, uma vez que a Secretaria da Fazenda não lhe comunicou tal fato. Assevera esse cancelamento foi indevido e prejudicou as suas operações comerciais. Diz que não pode adivinhar a sua situação cadastral, pois não possui computador integrado a um servidor para efetuar diariamente essa verificação. Ao final, solicita a nulidade do Auto de Infração.

Na informação fiscal, fl. 27, a autuante afirma que, antes do cancelamento da inscrição cadastral, a Secretaria da Fazenda publica no Diário Oficial do Estado uma intimação para cancelamento e, só depois de vencido o prazo, é que se dá o efetivo cancelamento, também por meio do Diário Oficial do Estado, o qual está acessível a qualquer contribuinte. Frisa que o autuado não contesta o cancelamento. Ao final, ratifica a autuação.

VOTO

O Decreto nº 7.636, de 21/07/99, estabeleceu que as empresas, de acordo com a receita bruta anual e dentro dos prazos regulamentares, estavam obrigadas a usar equipamento emissor de cupom fiscal (ECF). Uma vez que o autuado não atendeu ao disposto nesse decreto, ele foi intimado para que regularizasse a sua situação em 20 dias, conforme o Edital nº 642.001, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/12/01. Todavia, essa intimação também não foi atendida pelo autuado. De acordo com o Edital nº 522.004, publicado no Diário Oficial do Estado em 21/02/02, a inscrição do autuado no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) foi cancelada, em razão do descumprimento do prazo previsto para utilização obrigatória de ECF, conforme dispõe o art. 171, XIII, do RICMS-BA/97. Dessa forma, vê-se que o cancelamento da inscrição

cadastral foi feito corretamente e estava respaldado na legislação tributária estadual e, além disso, o autuado foi cientificado do cancelamento por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia.

A Nota Fiscal nº 235612 (fl. 23) comprova que o autuado adquiriu mercadorias destinadas à comercialização, quando estava com a sua inscrição no CAD-ICMS cancelada. Em decorrência do cancelamento da inscrição, o autuado passou a condição de contribuinte não inscrito e, nessa situação, nos termos do art. 125, II, “a”, do RICMS-BA/97, ele estava obrigado a pagar o imposto por antecipação tributária, na entrada da mercadoria no território baiano, na aquisição interestadual de mercadoria destinada à comercialização, o que não foi feito. Dessa forma, entendo que foi correto o procedimento da autuante e que é devido o valor cobrado na autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09172033/02**, lavrado contra **COMERCIAL DE CONFECÇÕES VERA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$350,46**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de junho de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR